



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

### Curso de MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA Especialidade Direito Constitucional

Unidade curricular

**JUSTIÇA CONSTITUCIONAL**

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

**RAQUEL** Alexandra de Jesus Gil Martins **BRÍZIDA CASTRO**

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O tema do presente Seminário é ***“Justiça Constitucional em Tempos de Emergência”***

Nos últimos anos, as Constituições de Estado de Direito Democráticas têm sido confrontadas com verdadeiros testes de resiliência, perpetrados por eventos extremos e disruptivos, mais ou menos prolongados no tempo, que convocam quadros excecionais de reação jurídica.

Todos estes cenários extremos expõem os Estados de Direitos democráticos a silenciosas mutações ou transfigurações constitucionais, potenciais ou em curso:

- a) A luta, urgente, contra pandemias, terroristas ou a falência financeira dos Estados reclama crescentes tarefas de conciliação, cada vez mais delicadas, entre o respeito pelos princípios constitucionais, os direitos, liberdades e garantias e as pressões brutais exercidas sobre o tecido constitucional pelos deveres da proteção da saúde, da segurança ou mesmo da solvabilidade financeira do Estado;
- b) Ao mesmo tempo, numa sociedade inquietada diariamente pela revolução tecnológica, as novas tecnologias disponibilizam instrumentos cada vez mais apetecíveis para o Estado, pela sua eficácia infungível no combate a todos os “inimigos”, atuais ou futuros, verdadeiros, imaginários ou potenciais;
- c) Acresce o novo paradigma regulatório jurídico-público, no qual o Estado divide com os privados, detentores do poder tecnológico, o papel de agressor dos direitos fundamentais.

Em suma, os apelos a regras próprias de regimes constitucionais de exceção e de emergência são cada vez mais recorrentes, estimulando perigosos e indesejáveis estados de exceção material permanentes, de duração indefinida, que legitimariam regras ad hoc de repartição de poderes e medidas de compressão de direitos fundamentais sujeitas às várias tiranias de bens e direitos contrapostos, supostamente, livres de ponderações.

Conteúdos programáticos

***“JUSTIÇA CONSTITUCIONAL EM TEMPOS DE EMERGÊNCIA”***

#### **1. Paradigmas de Poderes de Emergência**



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

11. Paradigmas teóricos extrajurídicos e de concentração de poderes de emergência

1.2. Paradigmas teóricos jurídicos de separação de poderes

1.3. Paradigmas jurídico-constitucionais de poderes de emergência

## **2. O Modelo Português de Emergência**

2.1. O modelo português: os poderes constitucionais e legislativos de emergência

2.2. Um modelo constitucional e legislativo de restrição e suspensão de direitos fundamentais

2.3. Um modelo substancial e gradativo de suspensão de exercício dos direitos constitucionalmente adequado

## **3. A Constituição dos Poderes e dos Atos Normativos de Emergência**

3.1. O Sistema de Atos Normativos na Constituição de Emergência: em especial, a relevância normativa da declaração do estado de exceção

3.2. A Constituição dos Poderes de Emergência

3.3. O princípio da garantia do equilíbrio institucional de poderes como limite negativo intangível do estado de exceção: Síntese

## **4. Reserva de Lei, Direitos Fundamentais e Reserva de Administração em Tempos de Emergência**

4.1. Lei e Administração de Emergência ou de Crise

4.2. Reserva de Parlamento e “Reserva Constitucional de Administração de Emergência ou de Crise”

4.3. A Constituição portuguesa não legitima uma “Reserva Constitucional de Administração de Emergência Sanitária ou de Crise” oponível à Reserva de Lei

## **5. O Controlo da Constitucionalidade em Tempos de Emergência**

5.1. As insuficiências da Justiça Constitucional em tempos de emergência: em especial, a Jurisprudência constitucional da pandemia

5.2. A deferência da Justiça Administrativa perante a Administração de emergência: em especial, a Jurisprudência administrativa da Pandemia

## **6. Em especial, a Regulação constitucional do Ciberespaço em tempos de Emergência**

6.1. “O Direito Constitucional do Inimigo”

6.2. O novo Paradigma Jurídico-Público Regulatório

6.2.1. A Regulação normativa do Ciberespaço

6.2.2. O problema constitucional dos Algoritmos e dos reguladores intermédios

6.2.3. Liberdade de Expressão e direito à informação no Ciberespaço em cenários de crise: desinformação e atos censórios

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O elenco de tópicos e subtópicos descritos constitui um percurso dogmático incontornável para o estudo e aprofundamento dos problemas suscitados, considerando a sua atualidade e atentas a necessidade e urgência da respetiva problematização científica, no contexto especializado da justiça constitucional.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

As aulas serão organizadas de modo a combinar a tradicional componente expositiva dos conteúdos programáticos descritos com um elevado nível de participação dos alunos:

1. Exposição inicial pelo docente dos temas incluídos nos conteúdos programáticos da presente ficha, seguida de debate;
2. Exposição oral pelos alunos dos projetos de relatório final escrito, de acordo com calendarização a definir, devendo os temas ser definidos até ao final de 2022;
3. Elaboração de Relatório Final escrito, que consistirá numa análise aprofundada de um dos temas que integram os conteúdos programáticos da presente ficha, nos termos do Regulamento de Avaliação.

A avaliação assenta nos seguintes elementos:

- Participação nas aulas e Exposição Oral (25%);
- Relatório escrito final (75%): análise aprofundada de um dos temas pertencentes ao programa.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As metodologias de ensino descritas estimulam:

- O reforço e consolidação da formação jurídica de base;
- O desenvolvimento da capacidade de investigação científica;
- O aprofundamento dogmático e crítico das questões que integram os conteúdos programáticos da presente unidade curricular;

Bibliografia principal

### **Justiça Constitucional de Emergência**

BRÍZIDA CASTRO, Raquel A.

- (2022c) *Justiça Constitucional em Tempos de Emergência*, Almedina: Coimbra;
- (2022b) “Algumas notas processuais sobre o controlo de constitucionalidade de normas de emergência na ordem jurídico-processual portuguesa: Em especial, a jurisprudência constitucional e administrativa da Pandemia”, in *Anais do IX Fórum Jurídico de Lisboa e do XXIV Congresso Internacional de Direito Constitucional*, ICJP, CIDP, (IDP) e a Fundação Getúlio Vargas; no prelo;
- (2022a) “O princípio da garantia do equilíbrio institucional de poderes como limite negativo intangível da Constituição portuguesa de emergência”, in *Atas do XIV Encontro de Professores de Direito Público*, no prelo;
- (2021) “Eleições em Estado de Exceção?”, in *Observatório Almedina*, 22 jan 2021: <https://observatorio.almedina.net/index.php/2021/01/22/eleicoes-em-estado-de-excecao/?fbclid=IwAR3APuRAuZ4h7-7liToC8okvZtAyHVvCuJPY3TLqtriuceqjgNsEkjY>
- (2020) “Direito Constitucional em tempos de pandemia: Pode a Constituição sobreviver a crises sanitárias?” “Constitutional Law in times of pandemic: Can the Constitution survive health crises?” in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, número 1 de 2020 (ano LXI), Número Temático: Covid-19 e o Direito; issn 0870-3116; pp. 645-679;



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- [https://drive.google.com/file/d/1hYglOv6WWR7FwmCICDBQYB4\\_PVkf0-1/view](https://drive.google.com/file/d/1hYglOv6WWR7FwmCICDBQYB4_PVkf0-1/view)

### Em especial, a Regulação constitucional do Ciberespaço em tempos de Emergência

BRÍZIDA CASTRO, Raquel A.

- (2020) “Proteção de dados e comércio jurídico: CNPD em Vénus, STA em Marte”, in *Liber Amicorum Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos*, Revista de Direito Comercial; ISSN 2183-9824; Disponível em: <https://www.revistadedireitocomercial.com/pt/pt/protecao-de-dados-e-comercio-juridico>
- (2019) “Regulação do Ciberespaço: Projeções Constitucionais do novo Paradigma Jurídico-Público Regulatório”, in *Garantia de Direitos e Regulação: Perspectivas de Direito Administrativo*; Coord. Carla Amado Gomes, Rute Saraiva, Ricardo Pedro e Fernanda Maçãs; ISBN 978-972-629-346-0; pp. 367-412; <https://eds.s.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=8&sid=318448cc-ee7c-4e20-870f-a7c370709b99%40redis&bdata=Jmxhbm9c9cHQtcHQmc2l0ZT1lZHMtbGl2ZQ%3d%3d#AN=ccul.KOHA.U LISBOA.1012944&db=cat08786a>
- (2018) ““Ways not to read” o RGPD”, in *Cyberlaw By CIJIC*, Edição n.º 6; setembro/outubro 2018; Revista Científica do Centro de Investigação Jurídica do Ciberespaço da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; ISSN 2183-729; Disponível online: <https://eds.s.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=3&sid=318448cc-ee7c-4e20-870f-a7c370709b99%40redis&bdata=Jmxhbm9c9cHQtcHQmc2l0ZT1lZHMtbGl2ZQ%3d%3d#AN=ccul.KOHA.U LISBOA.1332548&db=cat08786a>
- (2017) “Novas Tecnologias, Ciberespaço e Mutações Constitucionais: Da Perda da Inocência Algorítmica à Relevância Jurídico-constitucional dos Factos e Normas Tecnológicas”, in *Nos 40 anos da Constituição*, Organização de Jorge Miranda, ICJP/AAF DL: Lisboa; pp. 114-165; <https://eds.s.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=4&sid=318448cc-ee7c-4e20-870f-a7c370709b99%40redis&bdata=Jmxhbm9c9cHQtcHQmc2l0ZT1lZHMtbGl2ZQ%3d%3d#AN=ccul.KOHA.U LISBOA.1630441&db=cat08786a>
- (2016) “Constituição e Ciberespaço: Argumentos para um “Direito Constitucional do Inimigo?””, in *Cyberlaw By CIJIC, Revista do Centro de Investigação Jurídica do Ciberespaço da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, n.º 1, disponível online: <https://eds.s.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=5&sid=318448cc-ee7c-4e20-870f-a7c370709b99%40redis&bdata=Jmxhbm9c9cHQtcHQmc2l0ZT1lZHMtbGl2ZQ%3d%3d#AN=ccul.KOHA.U LISBOA.728913&db=cat08786a>

### O Sistema Português de fiscalização da constitucionalidade

BLANCO DE MORAIS, Carlos

- (2015) *Curso de Direito Constitucional, Tomo II*, Coimbra Editora: Coimbra;
- (2011) *Justiça Constitucional, Tomo II*, Coimbra Editora: Coimbra;

BRÍZIDA CASTRO, Raquel Alexandra

- (2015) “Normas implícitas e Normas Constitucionalmente Devidas “ad casum” e a Pretensa Quadratura do Círculo Processual Constitucional: Recapitulação, Desmistificação e Tentativa de Reconstrução”, in *Estudos em Homenagem a Rui Machete*, 2015, Coimbra Editora: Coimbra; pp.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

851-881;

- (2012b) *As Omissões Normativas Inconstitucionais no Direito Constitucional Português*, Almedina. Coimbra;
- (2012a) "Por uma Fiscalização Concreta e Difusa das Omissões Legislativas Inconstitucionais que violam Direitos, Liberdades e Garantias", in *Obra Colectiva de Homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda, Volume III*, Coimbra Editora: Coimbra; pp. 471-512.

MIRANDA, Jorge

- (2017) *Fiscalização da Constitucionalidade*, Almedina: Coimbra;

REIS NOVAIS, Jorge

- (2019) *Sistema Português de Fiscalização da Constitucionalidade*, 2.<sup>a</sup> Edição, AFDL: Lisboa